



Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência visa a contratação de empresa jornalística, responsável pela edição de jornal diário, de grande circulação, para prestação de serviços de veiculação (publicação) de atos oficiais e não-oficiais de interesse do TRE/MS, em virtude da obrigação de a Administração dar publicidade aos seus atos, especialmente os decorrentes de licitações (Lei 14.133/2021), e, além disso, para atender, também, outras publicações de interesse deste Regional (tais como: avisos de procura de imóveis, chamamentos públicos, propaganda institucional, etc.).

1.2. Não há uma definição legal do que é considerado um jornal de grande circulação, desta forma, nos Estudos Técnicos Preliminares, a Equipe de Planejamento adotou os seguintes critérios para tal definição:

- a) Estar disponível de forma impressa, bem como possuir versão digital;
- b) Ser distribuído de forma habitual;
- c) Não ser direcionado para público determinado;
- d) Atingir, comprovadamente, o público do Estado de Mato Grosso do Sul, com vistas a fomentar a geração de empregos com mão de obra local, bem como em virtude de ser a área de atuação deste Regional.

1.3. As publicações do TRE/MS estão distribuídas em três itens (tipos), em função do local de inserção do texto a ser publicado, como consta da tabela a seguir, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

- a) Caderno principal, em página indeterminada: para publicação de atos oficiais e não-oficiais de interesse da Administração;
- b) Caderno de classificados, em página indeterminada: para publicações de Editais; e
- c) Caderno de classificados, em página determinada: destinada a anúncios de locação e/ou venda de imóveis

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizado em tópico específico dos Estudos Preliminares, **Anexo V** deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI0009204-19.2022.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Os serviços a serem prestados consistem na veiculação (publicação) de avisos de licitações e de outros atos oficiais e não-oficiais de interesse do TRE/MS, em jornal diário de grande circulação no Estado de Mato Grosso do Sul.

3.1.1. Os atos do TRE/MS a serem publicados relacionam-se, além dos avisos de licitações (principal objeto da contratação), a avisos de procura de imóveis, chamamentos públicos e assemelhados.

3.2. Para fins desta licitação e com vistas a atender à comprovação de que trata a **cláusula 1.2.d do Capítulo 1** deste Termo de Referência, considera-se "jornal diário de grande circulação no Estado de Mato Grosso do Sul" aquele que preencha os seguintes requisitos:

- a) circulação diária, pelo menos de segunda a sexta-feira ou terça-feira a Domingo;
- b) tiragem mínima: 5.000 (cinco mil) exemplares/dia;
- c) distribuição de exemplares que abranja, pelo menos, 50% da população do Estado, de acordo com o último Censo realizado pelo IBGE e circulação em, no mínimo, os seguintes municípios: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã;
- d) da tiragem mínima indicada na letra 'b', pelo menos 50% (cinquenta por cento) devem ter distribuição no município de Campo Grande.
- e) atualização diária (2ª a 6ª feira) dos anúncios constantes na página de classificados, possibilitando que este Tribunal tenha suas publicações veiculadas no dia seguinte ao do envio.
 - e.1) caso a atualização diária ocorra de 3ª a Domingo, a publicação enviada pelo TRE/MS para sair na segunda-feira deverá ser publicada no Domingo;
 - e.2) o jornal publicado no Domingo deverá estar em circulação também na segunda-feira.

f) possuir versão digital (jornal eletrônico), que fique disponível para acesso on-line (internet).

3.3. As publicações do TRE/MS estão distribuídas em três itens (tipos), em função do local de inserção do texto a ser publicado, como consta da tabela a seguir, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM 1 - PUBLICAÇÕES EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL -CATSERV: 4227							
SUBITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES	TAMANHO (cm/coluna)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (cm/coluna)	VALOR TOTAL MÁXIMO POR PUBLICAÇÃO	VALOR TOTAL POR CADERNO
1.1	Caderno principal, em página indeterminada.	Publicação	4	25 x 3	R\$ 79,00	R\$ 5.920,00	R\$ 23.700,00
1.2	Caderno de classificados, em página indeterminada.	Publicação	132	12 x 2	R\$ 12,00	R\$ 288,00	R\$ 38.012,00
1.3	Caderno de classificados, em página determinada, destinada a anúncios de locação e/ou venda de imóveis	Publicação	4	15 x 2	R\$ 14,00	R\$ 420,00	R\$ 1.680,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA 24 MESES						R\$ 63.396,00	
Intervalo mínimo entre os lances sobre o VALOR TOTAL						R\$ 1,00	

3.4. No comprasnet, será lançada a quantidade 1 (um), para a contratação de 24 (vinte e quatro) meses, com o valor total máximo estimado para o item.

3.4.1. O decréscimo eventualmente apresentado no valor total final deverá ser aplicado de forma proporcional aos subitens;

3.4.2. A licitante deverá encaminhar **PROPOSTA DETALHADA** (vide modelo no Anexo III), onde indicará a MARCA DO PAPEL e o VALOR TOTAL OFERTADO;

3.4.3. O formulário da PROPOSTA ELETRÔNICA (formato .xls) calculará automaticamente os valores cm/coluna dos subitens, os quais terão uma redução **proporcional** ao desconto ofertado com relação aos custos estimados da contratação indicados na tabela anterior.

3.4.4. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

3.5. Nos casos de publicação em página indeterminada, a empresa contratada terá a liberdade de posicionar o texto a ser publicado em qualquer página do caderno designado.

3.6. Não havendo disponibilidade para publicação no caderno designado ou na página determinada, a empresa contratada deverá solicitar autorização ao TRE/MS para publicação em outro caderno ou em outra página, indicando as opções disponíveis.

3.7. No caso do disposto no item 3.6 não poderá haver acréscimo de preço.

3.8. A quantidade de publicações indicada na tabela anterior corresponde à demanda do TRE/MS estimada para o período de 24 (vinte e quatro) meses, não estando vinculado à utilização de quantitativo mínimo dos serviços contratados.

3.9. O tamanho das publicações indicado na tabela anterior é aproximado, tendo como base os padrões usualmente utilizados pelo TRE/MS, podendo haver variações de acordo com as características do texto a ser publicado.

3.9.1. Eventualmente, pode haver a necessidade de se publicar anúncios com tamanhos bem discrepantes dos mencionados na tabela acima. Mesmo assim, o preço cobrado deverá observar a tabela, variando apenas em função do local de inserção da publicação

3.10. Os preços máximos por cm/col das publicações são os constantes da tabela acima.

3.11. **Justificativa para o agrupamento dos itens:** pretende-se com o agrupamento a centralização das publicações deste Regional em um único jornal, a fim de facilitar a procura, pelo leitor interessado, das matérias e/ou editais publicados em nome do TRE/MS.

3.12. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de setembro de 2021.

3.13. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.

3.14. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, **com início em 10/07/2023**, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

a) Trata-se de serviço continuado, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

b) O contrato poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

c) O saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 126, ambos da Lei 14.133/2021, **estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.**

3.15. **A empresa deverá utilizar papel certificado** para impressão do jornal (que possua manejo florestal ecologicamente correto e a rastreabilidade da cadeia de custódia, como o Cerflor e FSC, por exemplo).

3.15.1. Para comprovar a cláusula 1.31, a empresa deverá indicar, na PROPOSTA DETALHADA, a marca do papel que pretende utilizar.

a) Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá solicitar que a empresa envie a comprovação, pelo sistema Comprasnet, de que a marca indicada é certificada.

b) O prazo para envio da PROPOSTA DETALHADA indicada na cláusula 1.15.1.a, bem como o prazo de envio da comprovação da cláusula 1.15.1.b, será de 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

3.15.2. No momento da entrega da primeira publicação, **a empresa vencedora deverá comprovar que utilizou a marca indicada na PROPOSTA DETALHADA** (tal comprovação poderá dar-se mediante apresentação de nota fiscal de compra em nome da licitante, por exemplo).

3.15.3. A empresa poderá utilizar marca diversa da indicada na proposta detalhada, desde que também seja certificada.

3.15.4. Caso a empresa utilize marca diversa da indicada na proposta detalhada, deverá enviar juntamente com a primeira publicação **a comprovação de qual marca foi de fato utilizada, bem como a comprovação da respectiva certificação.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

CONSÓRCIO

4.1. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

SUSTENTABILIDADE

4.2. O papel utilizado na versão impressa do jornal deverá ser certificado (comprovação que possua manejo florestal ecologicamente correto e a rastreabilidade da cadeia de custódia, como o Cerflor e FSC, por exemplo).

4.3. As publicações deverão atingir o público do Estado de Mato Grosso do Sul, com vistas a fomentar a geração de empregos com mão de obra local.

INDICAÇÃO DE MARCA/MODELO

4.4. Não se aplica.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A empresa deverá prestar atendimento em horário comercial, de 2ª a 6ª-feira.

5.2. A empresa deverá indicar número de telefone fixo, **bem como correio eletrônico**, para contato entre o TRE/MS e a empresa.

5.3. O contato se dará, preferencialmente, mediante mensagens eletrônicas.

5.4. É de responsabilidade da empresa manter em perfeito funcionamento dos meios de contato indicados, comunicando ao TRE/MS qualquer interrupção ou falha, providenciando, imediatamente, outra forma de contato similar.

5.5. A empresa deverá indicar funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE/MS.

5.6. O texto para publicação será produzido pelo TRE/MS em software de edição de texto (Microsoft Word ou compatível) e, caso queira a empresa, transformados em PDF.

5.7. O texto para publicação será enviado à empresa contratada por correio-eletrônico.

a) A empresa deverá indicar o endereço eletrônico para o qual serão encaminhados os textos para publicação.

b) Na impossibilidade de utilização do meio de envio indicado neste item, em razão de eventual problema, caberá à empresa providenciar ao TRE/MS outra forma de envio, de modo a não comprometer a execução dos serviços objeto desta contratação.

5.8. O texto a ser publicado será acompanhado de autorização para publicação, através do e-mail funcional do servidor do Tribunal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, com indicação do local de inserção da publicação e da data em que deverá ser veiculada.

5.9. A empresa deverá indicar ao TRE/MS o horário limite para envio de publicação, de modo que esta ocorra no dia seguinte ao do envio.

- 5.10. A empresa deverá informar ao TRE/MS os parâmetros a serem adotados para elaboração do texto da publicação, tais como: tamanhos das colunas de texto, tipo e tamanho de fontes, etc.
- 5.11. A empresa deverá confirmar o recebimento do texto para publicação, bem como a possibilidade de publicação na data fixada pelo TRE/MS.
- 5.12. A empresa deverá enviar ao fiscal da contratação, no mesmo dia da publicação ou no dia útil subsequente, comprovação da publicação proveniente do TRE/MS.
- 5.13. A empresa poderá optar por encaminhar o exemplar físico do jornal **ou** versão digital da edição, para que a fiscalização possa comprovar a realização da publicação.
- 5.14. Em caso de publicação com erro e/ou omissão, ou fora da data fixada pelo TRE/MS, decorrente de causa atribuível à empresa, esta fica obrigada a providenciar a republicação com a devida correção, e, ainda, a arcar com eventuais prejuízos que isso acarretar ao TRE/MS ou a terceiros interessados.
- 5.15. As informações indicadas nas cláusulas 5.2, 5.5, 5.a, 5.9 e 5.10 deverão ser repassados pela empresa à Fiscalização no prazo de até 2 (dois) dias úteis posteriores à assinatura do Termo de Contrato.

6. GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.
- 6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:
- a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
 - b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
 - c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
 - d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
 - e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
 - f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
 - g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
 - h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).
 - i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
 - j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- a) Requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
 - b) Exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
 - c) Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

d) Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços ficará à cargo da Seção de Licitação e Compras, conforme descrito a seguir.

a) será conferida a data em que foi publicada a matéria;

b) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do serviço prestado, quantidade, preços unitário e total.

7.1.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser republicados, conforme Capítulo 5 deste Termo de Referência, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

a) as publicações serão conferidas em seu conteúdo e tamanho;

b) será conferida a data em que foi publicada a matéria;

c) será conferido em qual caderno ocorreu a publicação;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do serviço entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da emissão da Nota de Empenho

7.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.8.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.9. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.9.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.10. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.10.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da **pessoa jurídica vencedora do certame licitatório.**

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.21. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO TOTAL** do Item.

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços/produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua **PROPOSTA DETALHADA** (vide Anexo III) a **marca do papel que pretende utilizar na impressão dos jornais.**

8.3.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o papel a ser utilizado;

8.3.2. A licitante também poderá anexar à proposta detalhada catálogo ou folder do papel que contenha as certificações desejadas;

8.3.3. Caso não seja informada a marca do papel na proposta detalhada, o Pregoeiro poderá questionar a empresa, via chat, para apresentar as informações e/ou documentações necessárias.

8.3.4. **O decréscimo eventualmente apresentado no valor total final deverá ser aplicado de forma proporcional aos subitens (vide cláusulas 3.4.1 a 3.4.3).**

8.4. **Como condição de aceitação das propostas, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar juntamente com a PROPOSTA DETALHADA, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados da convocação do Pregoeiro, DECLARAÇÃO da empresa proponente em que conste:**

a) nome do jornal editado;

b) dias da semana de circulação habitual do jornal;

c) tiragem mínima diária do jornal;

d) relação dos municípios do Estado em que o jornal impresso é distribuído;

e) percentual da tiragem mínima destinado a distribuição exclusiva no município de Campo Grande/MS; e

f) que o caderno de classificados tem atualização diária (2ª a 6ª feira).

8.5. A avaliação das informações prestadas na Declaração caberá à Fiscalização do Contrato, onde serão considerados os critérios objetivos elencados na cláusula 3.2 do Capítulo 3 deste Termo de Referência.

8.5.1. Caso a empresa não atenda a algum dos critérios definidos na cláusula 3.2 do Capítulo 3 deste Termo de Referência, terá sua proposta recusada.

8.6. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o serviço/produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

8.7. Após esta análise preliminar, estando o serviço, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 63.396,00 (sessenta e três mil, trezentos e noventa e seis reais)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

b) Fonte de Recursos: **20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;**

c) Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0054;**

d) Elemento de Despesa: 3390.39.92;

e) Plano Interno: ADM DIVULG.

11. CAPÍTULO IX - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência

12.2. Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

12.3. Verificar a manutenção pelo contratado das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

12.4. Aplicar penalidades ao contratado, por descumprimento contratual.

12.5. Efetuar o pagamento ao contratado, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. Realizar a prestação do serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência (Anexo I).

13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade do contratado a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

13.4. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

13.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

13.6. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras

licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.

13.7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.7.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

13.8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande, MS.

Maria Julia de Arruda Mestieri

Integrante Administrativo, Demandante e Técnico

Sônia Aparecida Granja Anelli

Integrante Administrativo, Demandante e Técnico



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 19/05/2023, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1441843** e o código CRC **F34CE2E9**.



0000789-13.2023.6.12.8000

1441843v4